

ENTREVISTA – ÂNGELA MARIA DE CASTRO GOMES

Memórias de uma historiadora na escrita de si: diálogos possíveis na construção do gênero biográfico

Entrevistada:

Organizar um dossiê é uma experiência fantástica e desafiadora, principalmente com uma temática que permite conhecer histórias de homens e mulheres, escritas em suas temporalidades, conexões e ações. Ao propor *Biografia e Trajetórias: a vida por escrito*, abrimos o leque de possibilidades de narrativas e escritas de si. Realizamos convites e divulgamos nas redes sociais. Gradativamente, as pesquisas foram chegando e as temáticas se multiplicando. A surpresa não era a chegada dos artigos, mas perceber o quanto esse gênero biográfico está consolidado em nossa historiografia, possibilitando, dessa forma, o conhecimento de diferentes histórias de vida em diferentes espaços e estratos de tempo. Nesse sentido, não pensei duas vezes em convidar a professora Ângela de Castro Gomes para tecer um diálogo em torno das questões teóricas e metodológicas dessa “vida por escrito”. Sua experiência no campo da historiografia e pesquisa também vem acrescentar em nossas práticas e escritas. O convite foi realizado e gentilmente aceito.

Escrever sobre Ângela de Castro não é fácil. Sua vasta produção já dimensiona esse compromisso com a História, o desejo da escrita e a inquietação de uma historiadora frente aos arquivos e às fontes documentais. Não há como não lembrar do seu livro *A invenção do trabalhismo*, lido nos cursos de História espalhados pelo País, dos inúmeros artigos em revistas e livros, das belas conferências proferidas em congressos, seminários e simpósios. Ângela é tudo isso mesmo. Por essa razão, mencionei que não é fácil falar sobre seu percurso acadêmico. Ao todo, a historiadora do Rio de Janeiro, que fez graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela SBI/ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), tem 61 artigos, 53 livros publicados/organizados e 109 capítulos de livros. Uma vida dedicada ao conhecimento, à História e à escrita.

Além de professora titular aposentada de História do Brasil da UFF, é Professora Emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde trabalhou de 1976 a 2013. Foi

Pesquisadora Visitante Sênior Nacional na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), com Bolsa da Capes (2014–2017) e, atualmente, é Professora Visitante nessa mesma instituição (2018–2020). Desde seu estabelecimento, é professora do Mestrado Profissional de História (ProfHistória) pela UFF. Também possui bolsa de produtividade A1 do CNPq.

A inserção da professora Ângela de Castro na temática do dossiê é visualizada em seus livros *Jango: as múltiplas faces* (2007), *Memórias e Narrativas Autobiográficas* (2009) e *Escritas de Si, Escritas da História* (2004). São trabalhos que dialogam em diferentes perspectivas com as mais diversas fontes documentais, aproximando vidas e narrativas. Nesse sentido, sua entrevista para a *Revista Escritas do Tempo* é tecida tendo como norte a trajetória biográfica e suas múltiplas possibilidades de memórias e escritas.

Em sua fala, Ângela nos envolve com sua paixão e nos instiga a outros horizontes de expectativas que nos levam a refletir sobre o País e a esperança de um mundo melhor. Esta entrevista é um testemunho, é um relato de experiências. Ao mesmo tempo, representa a memória escrita de uma mulher, professora, historiadora, pesquisadora, escritora e mãe.

Uma singularidade de nossa conversa foi que ocorreu em pleno avanço da pandemia da Covid-19. Estávamos no isolamento social, e nossas conexões se deram pelo *Skype*, uma forma solitária de encontrar o outro, mas útil diante da comunicação, da palavra dita, gravada e transcrita. Durante a entrevista, tivemos uma pequena pausa quando se ouviram batidas de panelas pela janela de seu apartamento em Botafogo. Era o alerta social contra as ações do presidente do País e seu desgoverno. Gritos e vozes chegavam até a janela. A história acontecia dentro e fora do apartamento. Aos poucos, suas palavras e signos se materializavam e assumiam o suporte escrito.

Portanto, convido a todos/as a lerem essa entrevista; uma conversa pautada na experiência teórica e metodológica de uma professora que muito fez e faz por nossa historiografia e nosso conhecimento histórico. Ângela de Castro Gomes, agradeço por sua participação, garra e compromisso.

Marabá, 2020.

Entrevistador:

Geovanni Gomes Cabral¹  — Revista Escritas do Tempo

Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, Especialização no Ensino de História - UFRPE, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na linha de pesquisa Cultura e Memória. É Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e vice coordenador do grupo de pesquisa (iTempo - CNPq) - Interpretação do tempo: ensino, memória, narrativa e política. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Unifesspa - PPGHIST. É Editor da Revista Escritas do Tempo do PPGHIST. Tem experiência na área da História Cultural, Brasil Republicano, História da Educação, Ensino de História, Cultura Popular, Patrimônio e Educação à Distância. Atualmente vem desenvolvendo pesquisas sobre fotografia como fonte documental, nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra - CPT e na Fundação Casa da Cultura de Marabá, envolvendo a área do Ensino de História e suas novas linguagens na sala de aula.

Ângela de Castro Gomes: Eu queria dizer que também é um prazer para mim, sobretudo nesse momento, poder estar aqui conversando com você pelo Skype. É uma possibilidade de ver o amigo dessa universidade, onde tenho outros amigos. É quase uma pausa, nessa tensão muito grande que a gente vive. Ou seja, é realmente animador poder conversar sobre uma questão acadêmica e colaborar com a revista, que sei estar indo muito bem.

Escritas do Tempo: Ângela, sabemos de sua dedicação e do seu profissionalismo no campo da História. Basta verificar os vários livros publicados, capítulos em livros e artigos em revistas eletrônicas, além de sua inserção no campo do ensino da História. Gostaria que você falasse um pouco dessa escolha. Como se deu essa paixão por História e formação acadêmica?

Ângela de Castro Gomes: Já fazendo jus a uma questão da biografia, que é aquela de a gente não começar a interpretar a vida pelo fim, eu fui trabalhar com História, estudar a História e fazer a faculdade, por uma questão que, na verdade, não tinha a ver

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFPE. Editor da Revista Escritas do Tempo.

propriamente com História. Como eu já mencionei algumas vezes, minha vontade era estudar Medicina; realmente, eu gostava muito de Biologia, e queria ser médica, mas, na época em que isso deveria acontecer, eu me formei como professora primária. Então, nós estávamos em 1965 e era muito complicado fazer faculdade de Medicina. Era muito difícil passar no vestibular, aliás, como ainda é. Mas era complicado, sobretudo, porque meu pai não queria que eu fizesse Medicina. Ele achava que já estava de bom tamanho eu ter feito Escola Normal e ir dar aulas para crianças. Isso é que era um bom trabalho para mulheres (minha mãe também era professora primária). Então, esse negócio de fazer faculdade de Medicina, ele não aprovou. Além desse fato, eu também não havia me preparado para uma faculdade de Medicina, na medida em que, na Escola Normal (o Instituto de Educação de Niterói) não havia aulas de química, física etc. Eu não tinha nenhum conhecimento, e me dei conta, rapidamente, que ia ser praticamente impossível passar no vestibular. Ao mesmo tempo, isso aconteceu um pouco depois de ter havido o golpe de 1964. Eu tinha alguma militância no movimento estudantil secundarista e, de toda forma — embora de alguma maneira muito superficial — tinha muita vontade de entender melhor aquilo que estava acontecendo no Brasil. Eu estava na torcida pelas reformas de base do Jango, logo, era contrária ao golpe. Digamos que havia uma grande curiosidade, em mim, sobre o que estava se passando, ao que se somou o fato de eu ter, na época, uma boa professora de História do Brasil. Acho que pensei algo mais ou menos assim: já que não posso fazer Medicina, então vou fazer um vestibular para ser professora de História. Porque, nesse momento, todo mundo que fazia algum curso na Faculdade de Filosofia, só pensava em ser professor. E não professor universitário, mas de segundo grau. Quer dizer, eu era professora primária — hoje, o primeiro ciclo do fundamental — dando aulas para crianças, e, fazendo Faculdade, iria lecionar no atual segundo ciclo do fundamental e no chamado ensino médio.

Só comecei a entender melhor o que era fazer um curso de História — o que era a História como ciência social — na medida em que fui fazendo meu próprio curso. Fui estudando e me dando conta do que era a História e, principalmente, me dando conta de que era possível fazer pesquisa na área da História. Uma coisa sobre a qual eu não tinha a menor desconfiança, quando escolhi o vestibular de História. Achei que ia ser professora secundária, exatamente da mesma maneira como era professora primária. E aí vou descobrindo que a História, na verdade, era alguma coisa muito mais interessante do que eu imaginava. Então, se foi paixão, foi daquele tipo que você vai construindo

devagarzinho, vai descobrindo as qualidades e, então, o amor vem. Talvez, por isso, tenha sido algo duradouro. Não houve, assim, nenhum arroubo; foi tudo devagar (risos). Mas foi realmente assim. Primeiro fiz a faculdade e fui dar aulas. O contexto em que fiz a faculdade foi muito agitado politicamente, porque foi entre 1966 e 1969. Imagina!? Foi o momento em que o movimento estudantil secundarista e universitário — fora a formação de outras organizações políticas — lutava abertamente contra a ditadura. Com tudo isso acontecendo, houve muita politização na UFF, muito engajamento dos estudantes universitários. Tudo isso vai ser muito forte entre os estudantes de História e de Ciências Sociais, em particular. Mas os estudantes universitários, em geral, vão lutar contra a situação vigente no País e querer colaborar na luta contra o regime que se estabelecera. Então, dentro da faculdade, comecei a ter muito mais clareza de porque eu queria continuar trabalhando com História. Foi também dentro da faculdade, que comecei a descobrir que existia a possibilidade de continuar estudando depois da Faculdade, o que eu também desconhecia completamente. Brincando, diria que “eu e a torcida do Flamengo” não tínhamos ideia, porque era algo muito novo no Brasil. Desconhecíamos que existia mestrado e doutorado. Hoje, todo mundo sabe disso; é algo óbvio. Mas não era assim nos anos 60.

Eu descobri que existia uma longa formação, posterior ao fim da graduação, praticamente só no fim do curso, e com um detalhe: no Rio de Janeiro ainda não existia doutorado, nem mesmo mestrado em História. Soube disso, porque tinha uma colega, minha contemporânea, a professora Ismênia de Lima Martins, que acabou o curso de História na UFF e foi fazer pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP). Só nesse momento, eu soube realmente o que era uma pós-graduação, e também que, no Rio, ela não existia. Foi quando tive a certeza de que queria continuar estudando, e gostaria de me dedicar à pesquisa. Em especial, porque pouco depois de formada, em 1973, fui dar aulas na graduação de História da PUC do Rio de Janeiro, e vi que um professor universitário tinha que fazer pesquisas. Se eu não pudesse fazer a pós-graduação na área de História, faria algo relacionado, porque eu não tinha condições de ir para São Paulo. Escolhi, então, fazer pós-graduação em Ciência Política, que era a mais próxima de meus interesses. Digo Ciência Política, porque foi o que fiz. Mas creio que poderia ter feito Sociologia ou Antropologia. O curso de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), inclusive, era conhecido na UFF, porque um dos grandes professores, na época, era igualmente professor na nossa Faculdade e era niteroiense. Então, na História, a gente tinha uma convivência com a Antropologia; tinha informações sobre a

pós-graduação do Museu. O professor é Luiz de Castro Farias, já falecido. Foi meu professor pouco tempo, mas depois, mantive contatos com ele (fiz uma entrevista, muito depois, para a revista *Tempo*, quando já era professora no departamento de História da UFF). Foi uma pessoa que sempre admirei muito e que foi importante na minha formação e na formação de muitas pessoas da minha geração na UFF, pois falava com a gente sobre pesquisa na área das Ciências Sociais.

Contudo, não fui para o Museu e sim para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) fazer Ciência Política. Entrei no Iuperj em 1974, alguns anos depois de formada e já professora universitária na PUC. O que não era incomum, porque as pessoas não faziam rapidamente a pós-graduação, como agora.

Escritas do Tempo: No ano de 2007, você e Jorge Ferreira escreveram o livro *Jango: as múltiplas faces*, editado pela Fundação Getúlio Vargas. Na introdução, vocês descrevem que a escrita desse livro partiu de algumas escolhas: seria uma narrativa biográfica, porém, construída de forma multifacetada, fragmentada e plural. O que significa mobilizar esses conceitos, para um historiador que está em um arquivo procurando “escrever e contar uma história de vida”?

Ângela de Castro Gomes: Esse livro partiu de uma pergunta/escolha fundamental para os historiadores: como nós vamos construir essa biografia de Jango? Quer dizer, fizemos uma pergunta, cuja resposta, na verdade, pode variar, dependendo da abordagem e das fontes que vão ser escolhidas. Nesse caso, eu e Jorge queríamos fazer um livro que trabalhasse com a vida de Jango, mas que não seria uma biografia propriamente dita, até porque, Jorge já estava escrevendo uma grande biografia sobre ele. Então, nós não íamos reproduzir esse modelo de abordagem biográfica; queríamos e teríamos que fazer algo distinto.

Primeiro é bom saber que esse livro foi produzido como parte de um grande projeto que eu coordenei, financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência, o Pronex, sediado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. O projeto reuniu um grupo de historiadores e cientistas sociais, do próprio CPDOC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Casa Rui Barbosa (FCRB). Enfim, éramos uns 30 pesquisadores, que trabalhavam em torno do tema, Cidadania e Direitos. Nesse contexto, o que eu e Jorge pensamos? De partida elegemos trabalhar com a biografia de Jango, a partir de uma fonte principal: um grande conjunto de entrevistas do acervo do

CPDOC, que seria acrescido de outras, que nós mesmos faríamos. Logo, haveria muitas vozes diferentes, que literalmente falariam sobre esse político, esse personagem tão importante da história política do Brasil. Nosso objetivo, portanto, não era produzir nenhum tipo de ponto de convergência; essa não era uma questão para nós, muito ao contrário. Com essa variedade de vozes e avaliações sobre o Jango, o próprio leitor iria construir o seu entendimento sobre quem foi essa pessoa, esse personagem histórico. Vamos registrar as razões pelas quais muitos admiram Jango, enquanto outros o criticam e ainda outros fazem as duas coisas. Vamos demonstrar quais são os argumentos mais utilizados para a construção de um perfil multifacetado de Jango. Também consideramos que, trabalhar com a biografia com tal proposta, tinha uma dimensão pedagógica importante. Aliás, eu gosto muito de trabalhar com Jorge por isso; porque juntos desenvolvemos projetos que sempre têm objetivos historiográficos e uma preocupação pedagógica muito clara. A gente queria fazer um livro que pudesse ser utilizado pelos professores em sala de aula, para explorar, além do conteúdo, a construção biográfica de Jango que estávamos propondo. Como a biografia depende muito do biógrafo, e como nossa proposta era reunir uma série de “biógrafos” para falar sobre o mesmo personagem, tínhamos a vantagem de ter uma série de pontos de vista, comuns e diferentes, ao mesmo tempo, sobre esse personagem.

Repetindo, escolhemos como fonte privilegiada uma documentação produzida pela metodologia de História Oral, fazendo, em um primeiro momento, uma grande seleção no acervo de entrevistas do CPDOC. A partir dessa seleção, fomos agregando outro conjunto de documentos: periódicos, principalmente jornais; documentos oficiais; discursos; e muitas fotografias. E nós mesmos fomos fazer outras entrevistas com familiares e pessoas próximas a Jango. Elas foram muito importantes para nosso livro, e também para a futura biografia que Jorge então estava escrevendo. Nós, por exemplo, fizemos uma boa entrevista com a esposa de Jango, D. Maria Tereza Goulart, e com sua filha, a Denise Goulart, que foi extremamente gentil e cooperativa conosco. Foi durante o processo de fazer essas entrevistas que tivemos acesso às fotografias de família que ambas possuíam. Já havíamos levantado fotografias nos acervos dos jornais, mas, nesse caso, fomos para os álbuns da esposa e da filha, algo completamente diferente. Foi um trabalho muito gostoso de fazer; quase como uma montagem, em que eu e Jorge íamos compondo as partes de uma história e criando os cenários de uma vida. Mas sem ser um jogo de encaixe, onde todas as peças têm um desenho muito bonitinho, onde tudo fica muito certinho, sem qualquer espaço vazio. Nosso jogo não era desse tipo. A gente ia

montar um painel, sim; mas um painel em que nada era muito perfeito, em termos de encaixe. O leitor ia ter uma grande área de manobra, de interpretação, durante a leitura. Outra possibilidade de que também gostei muito, foi a de poder utilizar, no livro, a voz de Jango. Todos falavam sobre ele, e ele também devia falar um pouco; o leitor devia ouvir sua voz, que é algo que aproxima. Assim, acrescentamos ao livro um CD que, naquela época, era o melhor suporte digital para som. Inclusive, os computadores tinham um lugar para se colocar o CD. Hoje, a mudança tecnológica é tão rápida, que CD já não é mais nada. Porém, na época que a gente fez o livro, o CD era um suporte bastante popular, por meio do qual as pessoas ouviam música. No CD, nós gravamos um discurso que Jango fez em Juiz de Fora, em 1963, logo depois que foi confirmado o regime presidencialista, por meio de um plebiscito. Então, ele faz um discurso muito emocionado, muito vibrante, e nós o acrescentamos ao livro. Não queríamos acrescentar a voz do Jango apenas na forma de texto, como fizemos com as demais vozes. Eu fiquei satisfeita com o resultado desse trabalho e gostei igualmente do processo de fazer o trabalho com Jorge, de discutirmos e montarmos o livro.

O livro foi publicado pelo Projeto Pronex e, rapidamente, se esgotou. Eu e Jorge lutamos com a editora da Fundação Getúlio Vargas por uma segunda edição, mas não conseguimos. De qualquer forma, foi um trabalho bem legal e a gente teve alguns retornos que nos deixaram felizes. Alguns professores e leitores escreveram para nós, o que não é tão comum. A gente, às vezes, quando faz um livro, recebe mensagens de pessoas que conhece, mas nem tanto de quem não se conhece. Como no currículo *Lattes* tem o nosso e-mail, essa possibilidade de contatar um pesquisador, hoje, é totalmente real. Qualquer pessoa pode escrever. Então, nós tivemos alguns professores, principalmente universitários, que disseram que usavam o livro em sala de aula, discutindo com os alunos, até mesmo a forma como fizemos o livro. A ideia era essa: fazer uma biografia entre aspas, aberta, sem uma voz dominante, sem um narrador onisciente. É claro que nela há narradores, somos nós, os historiadores que estão fazendo a seleção, a composição e igualmente uma interpretação. Porém, não há apenas uma linha na condução da narrativa. Há multiplicidade, como você se referiu.

Escritas do Tempo: Ao propor o tema desse dossiê — Biografia e trajetória a vida por escrito — logo vieram à mente dois outros livros que você organizou: *Escrita de si, Escrita da História* (2004), e *Memórias e Narrativas Autobiográficas* (2004). O que esses livros, com seus autores, possibilitam refletir em termos de documentação sobre esse tipo de narrativa historiográfica?

Ângela de Castro Gomes: São dois livros muito caros para mim. O *Escrita de si, escrita da História* é um livro que organizei em função de uma paixão que tenho, como historiadora, pela correspondência como documento histórico. A maioria dos capítulos do livro trabalha com ela, embora haja textos sobre diários e memórias, outros tipos de escrita de si. A correspondência, contudo, tem muita presença no livro. Ela é uma fonte histórica conhecida dos historiadores e há muito tempo. Mas nem tanto, como objeto de pesquisa, e essa é a principal contribuição do livro: destacar o valor da correspondência pessoal como objeto de pesquisa e as múltiplas possibilidades de trabalho que ela oferece. A correspondência pessoal (não me refiro àquela oficial, formal), de uma forma geral, é um tipo de escrita de si, um tipo de escrita autobiográfica com características específicas. Como um diário, ela vai sendo escrita e datada. Há um lugar e um momento em que ela é produzida, e é nesse sentido que se aproxima do diário. Do mesmo modo, esse traço a distingue das memórias, outro tipo de escrita autobiográfica, que é produzida em um determinado momento do presente, para narrar passados que se viveu e que envolvem uma variedade de tempos mais distantes ou mais próximos. A correspondência, evidentemente, também fala de passados, mas é produzida no dia a dia.

Para mim, o que a torna uma fonte deliciosa, seu grande tempero, digamos assim, é o fato de ser uma escrita que fala de si para o outro; mas não para um “outro ideal” (o leitor do livro de memórias) e sim alguém muito específico, que é destinatário daquela carta, cartão etc. Ou seja, é uma pessoa absolutamente singular que vai receber aquela correspondência. Isso a torna um tipo de documento relacional riquíssimo, porque marcado por uma dimensão de privacidade muito forte, tanto quando de sua produção como quando de sua recepção. Além disso, a correspondência é uma “escrita errante”, como já foi caracterizada. Em uma mesma carta, é possível e é comum se tocar em uma série de temas diferentes, passando-se de um para o outro sem qualquer tipo de explicação, já que “o” destinatário vai entender do que se trata. Por exemplo, pode-se “falar” de assuntos bastante íntimos, como amores, desilusões, doenças, medos. Ou pode-se “falar” de um acontecimento determinado, que envolveu o destinatário ou não,

e que se tornou público. Enfim, em uma correspondência, o remetente “fala” de vários assuntos, saltando de um para o outro, e misturando tudo em uma mesma narrativa. O que dá sentido a essa mistura é exatamente a relação que o remetente e o destinatário estão construindo ou reforçando entre si. E eu disse “falar” porque a correspondência pessoal tem um tom de coloquialidade, de oralidade, como se os envolvidos estivessem conversando face a face, só que à distância. Assim, um “ouve” a voz do outro, embora não o veja. Não à toa, aliás, há muitos casos de envio de fotos em correspondências. A fotografia, ele mesma, pode ser um suporte para a correspondência.

Por tudo isso, ela permite ao historiador, em primeiro lugar, refletir sobre quem está escrevendo, porque mesmo quando estou escrevendo para alguém, estou “falando” fundamentalmente de mim. A correspondência sempre “fala” muito sobre quem está escrevendo, e justamente por isso permite que o historiador acesse as redes de sociabilidade dessa pessoa: amigos e também desafetos. No caso desse livro, por exemplo, houve um grande interesse em trabalhar com a correspondência de intelectuais, embora ele envolva também outros tipos de remetentes, como as mulheres. De todo modo, eu estava particularmente interessada nos intelectuais e pedi a meus colegas e colaboradores, que privilegiassem esse tipo de correspondência. Aliás, eu convidei muitos deles, exatamente porque estavam trabalhando com correspondências de intelectuais, com as redes de sociabilidade intelectual, com os microclimas que existem nessas redes: tensões, amizades, desentendimentos, rancores, sensibilidades. Então, eu gosto muitíssimo de poder acompanhar o “pequeno mundo” dos intelectuais com essa fonte e objeto de pesquisa.

No livro, como mencionei, há capítulos trabalhando com a correspondência de mulheres, que sempre foram grandes missivistas. Como elas, durante muito tempo, foram impedidas de escrever e publicar na esfera pública, acabaram se dedicando à escrita na esfera privada. E eu fiquei muito satisfeita com essa parte do livro, que resultou bem diversificada, mostrando muitas possibilidades. Na verdade, o livro reuniu um conjunto de colegas extremamente competentes, e todos eles meus amigos/as. Então, fiquei duplamente satisfeita de ver o livro. Eu também recebi muitos e-mails a respeito desse livro e, depois que se esgotou, houve pedidos de pessoas que queriam comprar. Hoje, ele está acessível, pois a editora FGV o disponibilizou em seu site. Já que eles não quiseram reimprimir, permitiram o acesso. Então, deu para sentir que o livro chegou ao público e foi usado em cursos de História, porque esse era um de seus objetivos. Eu queria que o livro fosse uma possibilidade para alunos e professores se

aproximarem dessa documentação que faz uma *escrita de si*, e assim permite uma escrita da História. Fiz, inclusive, uma longa apresentação refletindo sobre esse tipo de documentação. Pode parecer incrível, mas, no momento em que o livro foi publicado, a correspondência, como objeto de pesquisa histórica, era ainda pouco estudada. Como fonte, claro que não; mas, como objeto, sim. E esse foi, igualmente, o momento de ascensão dos estudos biográficos, no Brasil. Eles se faziam com que esse tipo de fontes — as cartas, os diários, as memórias — que entraram com muita força para o universo de pesquisa dos historiadores. Então, o livro foi uma contribuição para refletir sobre esse tipo de documentação, e mostrar as muitas formas como se pode trabalhar com ela, a partir da experiência de vários historiadores. Excelentes historiadores. O resultado, creio, foi muito compensador para todo mundo.

Escritas do Tempo: É um livro excelente.

Ângela de Castro Gomes: Obrigada. Estou ouvindo agora, aqui na minha casa, um painel contra o presidente Bolsonaro. Não vou bater panela hoje, porque estamos conversando, mas minha impressão é que a manifestação é grande.

O outro livro que você mencionou foi *Memórias e narrativas autobiográficas*. Também foi um enorme prazer, porque organizei com Benito Bisso Schmdit, que é uma referência na área de estudos biográficos e alguém que eu gosto muito. Benito tinha muita experiência com a escrita biográfica, com um livro muito bacana sobre um militante socialista. Eu já tinha feito o livro *Escrita de Si*, e queria organizar um simpósio temático no encontro da Associação Nacional dos Professores de História (Anpuh), que se realizaria em Londrina, no Paraná. Então, convidei Benito para montarmos juntos, e ele acabou ficando sensacional. Apareceram trabalhos excelentes e acabamos conversando: “Vamos convidar várias pessoas desse simpósio temático e mais outros colaboradores, para organizar um livro com esse produto”. E fizemos o livro que tem na capa uma bela serigrafia de uma artista plástica argentina: Heana Hochmann. Nós pedimos autorização a ela para reproduzir seu trabalho na capa, porque seu título é *La Carta* (1998). Quer dizer, a capa do livro mostra outra forma de a gente pensar na correspondência, que eu achei lindíssima. E ela gostou que a serigrafia pudesse ser a capa do livro, autorizou sem problema e sem custo.

Acho que o Benito gostou tanto, que foi fazer outro livro, com outro colega, que, aliás, ficou muito bacana (risos). Eu gosto muito de organizar livros com colegas, embora alguns eu tenha organizado sozinha. Esse livro tem essa origem e eu acho legal falar da

Anpuh para mostrar como ela é importante, nesse sentido específico. Os encontros permitem conhecer trabalhos de muita gente, já conhecida e de gente nova; coisas interessantíssimas surgiram. Enfim, foi uma experiência fantástica: o grupo funcionou muito bem e o livro é uma coletânea com capítulos excelentes.

Escritas do Tempo: Percebemos que, nos últimos anos, vários historiadores têm se dedicado ao campo investigativo de biografia e trajetória. Como você vê essa relação atual entre História e biografia?

Ângela de Castro Gomes: Eu vejo essa relação não é de hoje. Mas de um tempo para cá, sem dúvida, como mencionei anteriormente, o interesse da História pela biografia e autobiografia cresceu muito. Como pano de fundo, temos a grande transformação da historiografia que, internacionalmente, como se diz, trouxe os indivíduos de volta para a História. Nas últimas décadas do século XX e começo do século XXI, a chamada Nova História Política e a História Cultural ganharam muita força e, com elas, os sujeitos históricos individuais, que vieram dessa vez, acredito, para ficar. Claro que isso não quer dizer que não existam sujeitos coletivos e que a gente não trabalhe com eles. Mas quer dizer que os indivíduos são sujeitos históricos fundamentais, e são uma ótima forma de acessar a sociedade de seu tempo, podendo permitir ao historiador uma abordagem riquíssima ao contemplar suas trajetórias. Quer dizer, esse vínculo tão clássico entre indivíduos e sociedade que a gente aprende que existe — e aprende, inclusive, para pensar o que é a nossa modernidade — é indissolúvel. A nossa modernidade é a de uma sociedade de indivíduos. E não existe sociedade sem indivíduos, e não existem indivíduos sem sociedade. Portanto, eles são uma forma de a gente acessar a sociedade, em um tempo, em um momento.

Então, eu entendo que na medida em que a historiografia vai abraçar esse tipo de abordagem teórico-metodológico, também vai reconhecer novas metodologias, como a metodologia da História Oral, que obviamente se faz com os indivíduos. Assim, penso que nesse momento de grandes transformações (que vão se processando), a gente tem a valorização desse tipo de abordagem e, em decorrência, também das fontes biográficas e autobiográficas. Mas não apenas dos indivíduos entendidos como “grandes homens”, políticos ou intelectuais. Essa transformação nos traz os chamados “indivíduos comuns”, os “homens ordinários”, que são igualmente dignos da atenção do historiador e que permitem compreender uma série de questões, a partir da perspectiva de suas vivências, de suas “experiências”.

Então, eu não tenho dúvidas de que, a partir daí, a documentação privilegiada para a pesquisa torna-se muito mais plural e exige que o historiador seja mais atento e cuidadoso. É claro que podemos ter uma variedade de fontes muito grande, dependendo sempre de qual é a nossa questão. Mas, aqui, estou falando de fontes biográficas e autobiográficas e também acredito que vieram para ficar. Vejo isso com satisfação. Nesse tipo de trabalho, quando a gente discute uma questão, às vezes uma questão histórica complexa, e adota esse tipo de abordagem (do estudo de trajetórias individuais), fica mais fácil a aproximação do problema e sua compreensão. Acho sempre muito eficiente e motivador para o leitor e creio que funciona bem; não é à toa que há tantas adesões. Acho que é porque funciona bem.

Escritas do Tempo: A escrita biográfica tem um limite? O que pode essa escrita?

Ângela de Castro Gomes: Eu estou falando muito sobre documentos autobiográficos, e é claro que o historiador que está trabalhando com esses documentos pode estar fazendo uma biografia ou não. Por exemplo, eu estou trabalhando com um intelectual que tem uma longa trajetória de vida (desde os anos 1910 até os anos 1960) e com muito do que ele produziu. Estou discutindo, a partir dessa trajetória, uma série de questões que têm a ver com o ensino de História para o grande público, em um momento em que esse tipo de preocupação existia, mas assumia formas muito diferenciadas. Hoje, com a TV e a internet, todo mundo está pensando no grande público. Fica óbvio e urgente que, para falar de História cientificamente para o grande público, é preciso ter domínio dos conteúdos e das mídias. Só que isso não é uma novidade. Isso existia. A questão é como e com que objetivos as pessoas atuavam; e porque essa questão não foi um tema para os historiadores, durante um bom tempo. Os historiadores não se preocupavam tanto com a divulgação do conhecimento para um grande público e, assim, não perguntavam e pesquisavam sobre quem e como se fazia tal divulgação, digamos, na primeira metade do século XX no Brasil. São essas as minhas perguntas, e as respostas que tenho encontrado têm me ajudado a pensar os desafios de hoje.

Mas, além dessa estratégia metodológica, via trajetórias individuais, os historiadores passaram a se dedicar ao trabalho de escrever biografias. Eu já mencionei, aqui, pelo menos, dois exemplos. O Benito, que fez uma biografia que, se não me engano, foi o seu trabalho de mestrado, e que continuou nessa linha produzindo novos textos. E o Jorge, que fez uma biografia sobre o Jango, com a qual, inclusive, eu me envolvi. Também gosto de outras biografias feitas por historiadores. Gosto muito da biografia

que Daniel Aarão Reis escreveu sobre Luiz Carlos Prestes, um personagem muito desafiador, por várias razões. Gosto ler biografias, e aí penso que os historiadores têm, de certa forma, outros tipos de desafios. Quando o historiador vai escrever uma biografia, ele enfrenta um conjunto de questões; quando toma uma biografia ou várias biografias como objeto de pesquisa, suas reflexões se aproximam, mas são distintas. Como se diz, a biografia diz muito sobre o biografado, mas diz muito também sobre o biógrafo e sobre o momento em que ele está fazendo a biografia. Ou seja, sobre o contexto político e intelectual de produção do texto. Então, podemos modular: ver a biografia como o produto da pesquisa do historiador, e ver o historiador trabalhando com a biografia como objeto de reflexão. Hoje, nós fazemos ambas as coisas. Para mim, escrever uma boa biografia é um trabalho muito difícil. E os historiadores brasileiros, em particular, têm obtido bons resultados.

Mas também gostaria de dar exemplos de trabalhos que acompanham trajetórias de escravizados a partir de documentos judiciais, e que impactaram a historiografia sobre a escravidão. Vou citar o trabalho da Keila Grinberg, chamado *Liberata*. Liberata era uma escrava que lutava por sua liberdade. Ela entra com uma ação de liberdade e a Keila, a partir desse documento, vai lidar com a vida dessa escrava e com questões decisivas da escravidão. E vai iluminar igualmente o mundo jurídico, em que essas ações de liberdade tinham andamento, com advogados defendendo as duas posições: a do senhor e, no caso, de Liberata. Gosto muitíssimo quando historiadores produzem nessa chave, que permite ao leitor verificar que os sujeitos históricos têm nome, sentimentos etc. Também se faz isso com famílias, uma espécie de sujeito coletivo repleto de sujeitos individuais através do tempo. Você acompanha a história da família ou, pelo menos, de um período decisivo para essa família, a partir de alguns personagens. Essa é uma estratégia rica, sobretudo para sensibilizar o grande público. E é um engano imaginar, que trabalhar na perspectiva do grande público significa fazer um produto (texto, vídeo, podcast) mais fácil, menor e com menos qualidade e cuidado. Já ouvi comentários desse tipo e não é nada disso. Muitas vezes, escrever e falar para o grande público não especializado exige muito; exige um extremo cuidado. Exige que o historiador se desdobre no seu vocabulário, nas construções que ele vai fazer, na apresentação dos problemas e dos personagens históricos. Tudo isso é muito importante, a despeito das dificuldades.

Escritas do Tempo: No último encontro da Anpuh, em 2019, na cidade de Recife, vários livros de trajetórias de professores estavam à venda. Um título me chamou a atenção: A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará. O livro é fruto de uma tese de doutorado em Educação, de Ana Maria Maciel Corrêa. Como você vê esse tipo de pesquisa no campo da História, tendo como foco a formação docente?

Ângela de Castro Gomes: Eu vejo com os melhores olhos possíveis, por algumas razões. A primeira, eu já mencionei durante a entrevista. É o fato de as mulheres, durante muito tempo, não terem podido escrever para os espaços públicos. Elas não podiam ser romancistas, poetisas, nem escrever para revistas, embora muitas tenham feito isso, certamente a duras penas e com muita coragem. Assim, quando produziam, apenas porque o trabalho tinha uma mulher como autora, era visto como uma produção menor, apenas para divertir, razão pela qual não deviam tocar em temas “sérios”. Não se tratava de qualificar o que elas tinham feito, mas de qualificar o fato daquela produção ser de uma mulher, quer dizer, de ser inferior a dos homens. Se as qualidades literárias eram x, y ou z, não importava. Já havia um lugar predeterminado do qual não deveriam sair.

Essa é uma das razões mais importantes da invisibilidade das mulheres como intelectuais. Tenho trabalhado com essa questão ultimamente. Tenho dado cursos, com muito gosto, sobre como as mulheres intelectuais foram ignoradas e menosprezadas. Um dos lugares onde elas conseguem entrar legitimamente, sendo valorizadas por uma sociedade machista como a nossa, é exatamente na área da educação e aí, principalmente como professoras primárias, já que esse magistério é aproximado da maternidade. No Brasil, a partir de meados do século XIX começam a aparecer várias Escolas Normais de formação de professoras. A república inaugura um momento de expansão das escolas, com os grupos escolares, e de aumento do valor das professoras e de sua formação. Os governos republicanos de vários estados se preocupam com a construção de escolas de formação de professoras. Digo assim, porque essa é uma profissão feminina desde muito cedo. São muito poucos os homens que fazem Escola Normal no início do século XX. Então, nesse lugar de professora, acredito que possamos encontrar (tenho praticamente certeza, é só procurar) mulheres intelectuais. Elas vão produzir quer textos voltados para o público infantil (de teatro, poesia, etc), quer qualquer outro tipo de gênero para o público adulto.

Eu, recentemente, escrevi o capítulo para um livro coordenado por Gabriela Pellegrino e Patrícia Raffaine, sobre uma professora chamada Alexina de Magalhaes Pinto. Um nome muito pouco conhecido. É uma mineira que faz a Escola Normal do Distrito Federal no fim do século XIX, e no início da República vai se tornar uma folclorista esplêndida, mas completamente apagada. Foi difícil encontrar os livros que ela publicou. São quatro livros pela editora mais importante de livros pedagógicos da época, que era a Francisco Alves. Fui encontrar os livros da Alexina sabe onde? Na biblioteca pessoal de Mário de Andrade. Não na Biblioteca Mário de Andrade, mas na biblioteca do intelectual Mário de Andrade, que está no IEB, na USP. Ou seja, o folclorista Mário de Andrade conhecia a Alexina e acho conhecia bem. Ela é uma professora que está trabalhando com folclore, porque quer usá-lo para o ensino das crianças. A proposta dela era criar um folclore infantil brasileiro, reunindo danças, cantigas de ninar, brincadeiras, lendas, máximas... Enfim, ela vai fazer um exercício classificatório imenso de um conjunto muito grande de materiais considerados folclóricos para que pudessem ser usados nas escolas, pelas professoras, e também fora da escola, em casa, pelas mães. Esse ainda era um momento em que muitas crianças eram ensinadas por suas mães, em casa, embora já houvesse um esforço governamental para que as crianças fossem mandadas para a escola.

Eu adorei fazer esse trabalho com a Alexina e gostaria de continuar trabalhando com ela, apesar de ser difícilíssimo, porque quase não encontrei documentação que me permitisse acompanhar a sua vida. Mas eu gostei muitíssimo e fiquei convencida que, se a gente trabalhar com essas professoras, vai descobrir um número bastante significativo de mulheres intelectuais, que estão refletindo, inovando e criando, a partir de suas experiências docentes. Eu não vi e não comprei esse livro que você mencionou, mas vou procurar, porque aposto nesse tipo de pesquisa. Eu acho que, em função de meu interesse por ensino — por ensino de História, em particular — tenho desenvolvido muitos contatos com pessoas da área de História da educação, que é muito atenta para o desenvolvimento de trabalhos nessa linha. Vou conseguir citar dois colegas que trabalharam comigo no livro que organizei com Patrícia Hansen, *Intelectuais Mediadores*: o professor Luciano Mendes de Faria, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a professora Libânia Nacif Xavier, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cada um deles tem um capítulo nesse livro e ambos trabalham com questões que tem a ver com história da educação e práticas de mediação cultural. Talvez agora eu vá me

aproximar mais ainda, em função do interesse nas mulheres intelectuais, porque penso que elas existiram e várias devem ser professoras primárias.

Escritas do Tempo: *Esse livro que você mencionou e o capítulo que escreveu, vai ser lançado quando?*

Ângela de Castro Gomes: Ele deveria sair nesse ano de 2020, mas agora ninguém sabe o que será. Não estou otimista e não sei responder. Sinceramente, é uma incógnita para todos nós. Mas o livro vai ser muito bacana, porque vai incluir várias imagens, como as capas dos livros etc. Isso não é fácil, porque custa caro e preço do livro sobe muito. É preciso um financiamento especial. Por exemplo, o livro *Escrita de si, Escrita da história*, sobre o qual a gente conversou, foi difícil de ser publicado sem imagens. Seria muito bonito se pudéssemos usar imagens de algumas cartas que têm assinaturas e, às vezes, desenhos. Assim, a gente chamaria ainda mais a atenção para as características dos suportes materiais da correspondência. Teria sido bacana, porém, só publicamos, porque houve uma reunião, uma vaquinha com vários autores dos capítulos, que colaboraram financeiramente comigo. Já para publicar o livro *Intelectuais Mediadores*, eu entrei com um pedido na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Ganhei, porém não pagaram. Então, eu e a Patrícia pagamos o livro. Nesse livro haveria um mundo de possibilidades de imagens, mas a gente mal consegue publicar o texto... Então, isso é difícil, também, e eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer aos colegas que assumiram comigo esse tipo de dificuldade.

Escritas do Tempo: *Você chegou a mencionar, mas eu vou reforçar com a pergunta. Há alguma biografia que te inspira, seja pela narrativa, pela mobilização documental ou pela história de vida?*

Ângela de Castro Gomes: Olha, gosto de muitas biografias e já citei alguns exemplos. Vou ficar neles, explicando porque gosto de ler textos como os da Keila. Veja, eu nunca trabalhei com ações de liberdade em minha vida e nem vou trabalhar. Não sou uma historiadora do século XIX, não trabalho com essa documentação, não trabalho com o tema da escravidão. Então, eu adoro ler. Eu também gosto muito dos trabalhos do Sidney Chalhoub, da forma como ele escreve. É bom aprender com os colegas, ficando atenta à maneira como mobilizam a documentação, apresentam os personagens...

Escritas do Tempo: Não poderíamos, nessa entrevista, deixar de refletir um pouco sobre o momento atual de nosso País. Queremos deixar registrado que essa entrevista, concedida à Revista Escritas do Tempo, ocorre de forma remota, tendo em vista que estamos no “isolamento social”, por conta da COVID-19, que vem causando desespero e mortes em vários países do mundo, inclusive no nosso. De uma forma geral, até porque não dá para pontuar todos os elementos, não é algo simples. Qual o maior desafio em ensinar História, hoje, e formar professores com tantos ataques, negacionismos, cortes de verbas e tantos outros empecilhos?

Ângela de Castro Gomes: É, não é fácil. A gente se sente, efetivamente, tolhida. Estou aqui conversando com você no dia 16 de abril. Um dia que está sendo muito agitado. Estou mais uma vez, aqui de minha casa em Botafogo, no Rio, ouvindo panelas. Mas também acho o seguinte: no caso da formação dos professores, sobretudo diante dos negacionismos, é preciso demonstrar a importância e força do professor de História, do bom ensino de História. Nossa disciplina tem um valor imenso, sobretudo em momentos como o que vivemos. Trabalhar com História é demonstrar que se pode pensar a realidade social de forma crítica, através do tempo. A perspectiva histórica pode ajudar a entender que há sempre continuidades e descontinuidades nos processos sociais. E que o trabalho do historiador é fazer pesquisa histórica e sua seriedade pode fazer a diferença, sim. No último curso que lecionei ao lado de minha grande amiga Martha Abreu, fui muito categórica com meus alunos. Uma coisa é ter opinião; todos podem ter uma e mudá-la quando quiserem. Outra inteiramente diferente é fazer pesquisa científica na área das ciências humanas e sociais, e de ciências exatas. Quer dizer, quando um infectologista fala em tempo de COVID-19 está fundamentado em pesquisas. Não se trata de opinião a ser discutida por qualquer pessoa, seja quem for. Dentro do que se conhece em determinado momento, é a verdade científica, estudada, discutida, testada. Então, isso também vale para a área de pesquisa do historiador. Ele quando escreve, quando dá aulas, está compartilhando resultados de pesquisas realizadas, que estão documentadas; que possuem um montão de notas de rodapé, dizendo que fontes foram utilizadas; quais as referências teóricas escolhidas. Portanto, não se dá opinião em História e não se muda, a bel prazer (aliás, geralmente por interesses políticos), o que foi pesquisado e comprovado em História.

Nós temos que defender essa posição do professor, do pesquisador, da universidade e do ensino em geral. Toda produção de conhecimento se baseia na seriedade e na ética, antes, durante e após a pesquisa. Com ética fundada no valor da verdade científica,

entendendo-se, é claro, que a ciência também tem historicidade. Hoje, estamos vendo que já sabemos muito sobre os vírus, mas que há um mundo de coisas novas para saber. Então, é ter paciência nesse sentido processual, sendo fiel à ética. Pesquisas têm métodos, têm procedimentos, tem compartilhamento. Então, é assim que a gente tem que trabalhar com ciência, seja com as ciências sociais, ou com as chamadas ciências duras. Elas também mudam e as doenças também têm história. Estamos vivendo um capítulo terrível dessa história em 2020, um ano que será inesquecível. Um ano que é um marco para a história da humanidade. O que vivemos hoje é uma possibilidade rica para se demarcar claramente que existe algo chamado autoridade científica, que envolve indivíduos numa coletividade, sempre nessa dinâmica. Essa autoridade está fundamentada no trabalho de pesquisa científica, muitas vezes ao longo de uma vida: do médico, engenheiro, arquiteto, historiador etc. Podemos, assim, afirmar nossa posição de legitimidade, de autoridade, com muita ética e seriedade. Gostaria de terminar, então, com essas palavras.

Escritas do Tempo: Ângela, muito obrigado por sua disponibilidade, por esse diálogo acerca de biografias e trajetórias. Foi uma tarde gostosa, com um leque de reflexões no campo historiográfico e da vida. As panelas, sinalizando algo, que pudemos ouvir de sua janela. Um momento muito significativo e novo também. Não sabemos, ainda, o que está acontecendo. Fazer uma entrevista é algo espetacular e, com você, melhor ainda. O quanto aprendemos sobre História! Agradecemos mais uma vez por sua contribuição.

Ângela de Castro Gomes: Eu achei ótimo conversar com você e saber que minha entrevista estará articulada ao dossiê temático da revista. Que bom, eu é que agradeço.